

DISCIPLINA: <b>TENDÊNCIAS EM PREVENÇÃO E CONTROLE DE ILÍCITOS NA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO. Delação, leniência e negociação</b>	CÓDIGO: <b>GRDDIRATCE0457</b>
PROFESSOR: <b>BETO VASCONCELOS</b>	CARGA HORÁRIA: <b>30h</b>
<b>EMENTA</b> Convenções internacionais. Instituições. Sistemas de controle. Transparência pública. Anticorrupção e programas de integridade. Combate à Lavagem de Dinheiro. Combate ao Crime Organizado. Sistema de Defesa da Concorrência. Colaboração premiada e acordo de leniência. Sistema Administrativo Sancionador.	
<b>OBJETIVOS GERAIS</b> A disciplina tem por objetivo traçar as primeiras linhas para compreensão sobre o sistema preventivo e repressivo do Estado na relação entre o poder público e o setor privado, de forma a dar início ao conhecimento dos alunos sobre os temas e ampliar a capacidade analítica para o momento em que tiverem contato com as disciplinas específicas.	
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b> Apresentar aos alunos os conceitos básicos sobre os temas acima apontados e contribuir para a sua formação no momento de mudanças importantes na conformação institucional, na legislação e na legislação brasileira. Provocar a reflexão sobre avanços e desafios desse novo cenário.	
<b>METODOLOGIA</b> A disciplina será conduzida por meio do método socrático de ensino. A participação dos alunos será amplamente estimulada. Pretende-se também convidar professores e especialistas para exposição e debate com os alunos.	
<b>PROGRAMA</b> <b>Módulo I – Cenário Internacional, convenções e fóruns internacionais</b>  <b>Módulo II – Transformações recentes das instituições brasileiras</b>  <b>Módulo III – Transparência e acesso a informação pública</b>  <b>Módulo IV – Anticorrupção e integridade</b>  <b>Módulo V – Lavagem de dinheiro e crime organizado</b>  <b>Módulo VI – Direito premial - Colaboração premiada e acordo de leniência</b>  <b>Módulo VII – Concorrência, transparência e governança corporativa</b>	
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b> Avaliação 1 – Dinâmica ou simulado, em grupo, para discussão sobre artigo, ato normativo, proposta legislativa ou jurisprudência apresentados pelo professor. Será avaliada a capacidade dos grupos de identificar os pontos principais do tema proposto e, sobretudo, a capacidade de argumentação da equipe. Avaliação 2 – Avaliação individual a partir da proposta de opinião legal ou artigo acadêmico sobre tema a ser definido pelo professor. A avaliação do aluno também será feita a partir de sua participação em sala de aula.	
<b>BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA</b> CINTRA, Maria Eduarda Ribeiro. Lei de Acesso à Informação no Brasil: sua implementação e seus desafios. 2016. 302 f. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016	

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Org.). Acesso à Informação e Controle Social das Políticas Públicas. Brasília: Andi e Artigo 19, 2009.

O acordo de leniência na lei anticorrupção: histórico, desafios e perspectivas

Valdir Moysés Simão, Marcelo Pontes Vianna

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOTTINI, Pierpaolo; BADARÓ, Gustavo Henrique. Lavagem de Dinheiro - Aspectos Penais e Processuais Penais - 3ª Ed. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. Código das melhores práticas. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.